



Revista do Corpo Discente do Programa
de Pós-Graduação em História da UFRGS

HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA, ARQUITETURA MILITAR E FRONTEIRAS: UMA PESQUISA SOBRE PORTUGAL MEDIEVAL – SÉCULOS XIII E XIV.

Edison Bisso Cruxen¹

Resumo: Este trabalho utiliza informações históricas e arqueológicas para realizar um estudo sobre a constituição das fronteiras do Reino de Portugal durante os séculos XIII e XIV, tendo como principal referência a arquitetura militar (fortificações). Para uma melhor organização o texto foi dividido em três partes. A primeira explica o surgimento, desenvolvimento e importância da Arqueologia Medieval na Península Ibérica. A segunda, tendo em vista atender as características da mesa redonda do “I Encontro Estadual de Estudos Medievais” dedicada a pesquisa, constitui uma descrição da investigação de doutoramento, em arqueologia medieval, desenvolvida pelo autor do presente artigo. Encerrando, a terceira parte, ocupa-se em definir de que forma o castelo pode ser percebido como um documento a ser lido e interpretado.

Palavras-chave: Fortificações; Arqueologia; Fronteiras; Arquitetura.

*“Las piedras, además de realizar
funciones utilitarias, hablan”.*

(FUSCO, 1970)

1- A Arqueologia Medieval em Portugal e a Pesquisa da Arquitetura Militar.

Para iniciar este artigo, pode-se dar como definição de Arqueologia Medieval a disciplina que surge na década de 60 do século XX, na Itália, cuja atividade essencial é o trabalho arqueológico, pretendendo aportar à História das civilizações da Idade Média, um novo corpo de informações que complemente (ou em alguns casos contradiga) o já proporcionado pela investigação dos textos históricos e monumentos (BOÜARD, 1977, p.11). Como exemplo, podemos citar os grandes castelos de pedra construídos durante o período medieval dos quais, muitas vezes, sobrevivem apenas alguns de seus elementos arquitetônicos, tais como partes da muralha, uma torre de menagem ou uma entrada fortificada. Sem uma identificação da totalidade de seus

vestígios, que continuam enterrados e da análise das estruturas à vista, bem como dos artefatos (materiais em cerâmica, metal, vidro e outros) que estão dispersos e soterrados dentro e ao redor do castelo, não seria possível fazer um estudo correto desta fortificação, das suas diferentes complexidades, funções e, principalmente, sobre as pessoas que a utilizaram e erigiram.

Mas como identificar através da cultura material a atividade das pessoas, que ali viveram? Conforme Jorge Alarcão (1996-97, p.18), pode-se dizer que a Arqueologia estuda normas técnicas, que podem ser observadas na maneira de construir uma muralha ou de armar um telhado. Mas também normas sociais, observadas em um enterramento, ou religiosas, como rituais de sacrifício. Desta maneira, pode-se derivar “padrões” de comportamento através dos vestígios materiais. Se os artefatos são os rastros das ações humanas, estes podem mostrar os homens em seu quotidiano, agindo e obedecendo a normas sociais, religiosas, técnicas, dentre outras.

Em Portugal, somente nas últimas décadas do século XX a Arqueologia Medieval começou a se desenvolver. Nos finais da década de 70 realizaram-se, com maior frequência, intervenções arqueológicas em castelos, espaços rurais e monumentos religiosos medievais. Segundo a opinião de André Bazzana (1994, p. 27), o balanço científico dos últimos dez anos em Portugal ainda não pode ser considerado de todo positivo, tal como em Espanha ou Itália, onde o conhecimento das paisagens medievais tem progredido visivelmente. As publicações de resultados arqueológicos e bibliografias muitas vezes se encontram dispersas, sobretudo em revistas locais e regionais, algumas de difícil acesso. Devido ao caráter recente das intervenções arqueológicas em sítios medievais, essas publicações, até bem pouco tempo, não se encontravam em grandes quantidades.

Cabe ao Campo Arqueológico de Mértola, com a edição, a partir de 1992, da revista “*Arqueologia Medieval*”, o mérito de iniciar uma série de publicações que divulgam e, de certa forma, autonomizam a Arqueologia Medieval portuguesa. Para demonstrar o “atraso” de Portugal ao iniciar a investigação na Arqueologia Medieval frente aos outros países europeus, temos o marco inicial na Inglaterra, em 1957, com a edição da *Medieval Archaeology*; na França, em 1971 com a publicação da *Archéologie Médiévale*; em 1973 segue-se a revista alemã *Zeitschrift fur Archaeologie des Mittelalters*; na Itália, em 1974, ocorre a primeira edição da *Archaeologia Medievale*; e, em 1987, publica-se na Espanha o *Boletín de Arqueología Medieval*.

Conforme Catarino (2002),

a prática de uma arqueologia sobre o terreno, examinando os vestígios de superfície e de contextos estratigráficos fiáveis, de há longa data aplicada, por exemplo, em França, Itália e Espanha, só muito recentemente começou a dar os primeiros passos em Portugal (p.146-147).

Ainda conforme esta investigadora, as escavações em Portugal, no que se refere ao período medieval, cometem o erro de não serem realizadas junto com prospecções extensivas ao povoamento rural, definindo desta maneira territórios e espaços econômicos que circundavam as cidades e castelos² (CATARINO, 2002. p.149). Para tanto, seria necessário orientar as investigações para uma análise da Arqueologia da Paisagem na época medieval. Nesta atividade seriam valorizados os aspectos da dispersão dos tipos de achados, as características das habitações, as estruturas agrícolas e hidráulicas e a própria modificação das características da região, através das diferentes ocupações³.

Mas, mesmo com todas as dificuldades e defasagens, pode-se dizer, que, atualmente, a Arqueologia Medieval em Portugal é uma disciplina aceita, reconhecida e lecionada por especialistas competentes dentro das Universidades⁴, oferecendo, mesmo que disperso, um significativo volume de produção que possibilita comparações e mesmo balanços de determinados temas, que podem ser efetuados principalmente através das publicações (anais) dos Congressos, Jornadas e Encontros nacionais e internacionais sobre Arqueologia Medieval Peninsular. Atualmente realizam-se até mesmo Jornadas e Encontros sobre temas específicos da Arqueologia Medieval, como é o caso da arquitetura militar e religiosa. Como trabalho precursor na área, destaca-se o publicado no início do século XX, em Lisboa, denominado *Archeologia Christã*, de Albano Bellino (1990).

A implantação do Estado Novo (ditadura) marcou um período de reduzida atividade arqueológica devido a pouca sensibilidade do poder governamental para com a investigação. Mas, ironicamente, foi exatamente neste período que a época medieval passou a receber maior atenção por parte de historiadores e do “poder”. A política de exaltação dos valores nacionais encontrou nos castelos e igrejas românicas e góticas os símbolos da Nação Portuguesa, “construída com sangue e protegida por Deus”. Nesta época, implementaram-se amplos programas de restauro, nos quais, em diversas ocasiões, foram tomadas decisões “infelizes”, onde muitas estruturas originais foram modificadas e questões arqueológicas não foram consideradas, privilegiando-se uma aparência romântica e idealizada das construções.

A Arqueologia Medieval deu uma importante contribuição para a melhor compreensão da formação da civilização Ibérica. Foram através desses estudos que se derrubaram os tradicionais modelos interpretativos históricos que repetiam, até bem pouco tempo, a explicação das destruições e abandonos provocados pelas invasões “bárbaras” e “mouras”, que sustentavam rupturas culturais intransponíveis, marcando o fim de um “mundo” e o início de outro. Esta perspectiva buscava afastar a possibilidade de um “laço” de continuidade entre portugueses (cristãos) e mouros (muçulmanos) (FONTES, 2002, p.232).

Como referencial bibliográfico básico e indispensável para o estudo arqueológico de fortificações medievais em Portugal deve-se citar a obra de Mário Jorge Barroca (1990-91), sobre a evolução dos castelos na região centro-norte entre os séculos X e XIII; Rosa Varela Gomes (1988), sobre o processo de constituição da paisagem urbana medieval portuguesa; Helena Catarino (1997-98), com um profundo e detalhado estudo sobre as fortificações e o entorno rural no Algarve durante o domínio islâmico; e a indispensável obra de História Militar, onde se realiza uma ampla análise do desenvolvimento e transformação da Arquitetura Militar Medieval portuguesa, nos finais da idade média, realizada por João Gouveia Monteiro (1999).

Uma fonte de destaque para a investigação da Arquitetura Militar e Arqueologia Medieval da Península Ibérica encontra-se no “*Livro das Fortalezas*”⁵ do escudeiro real português Duarte de Armas (1997), não apenas por sua iconografia detalhada, mas também pela quantidade de informações que estão registradas (escritas) em seus desenhos. O estudo deste conjunto de iconografias possibilita uma análise que fornece elementos importantes para definir a “arte de fortificar” e as estratégias defensivas de toda a fronteira Luso-Castelhana (desde o extremo norte até o extremo sul), em princípios do século XVI (1509). Os alçados, assim como as respectivas plantas baixas, foram realizados a pedido do Rei D. Manuel I que pretendia estabelecer uma fronteira defensiva, composta por castelos eficientes, contra os avanços de Castela. Para tanto, era necessário saber em que condições se encontravam as fortificações existentes. Muitas haviam sido abandonadas por completo, algumas encontravam-se em funcionamento precário, com necessidade de reformas, outras apresentavam pleno funcionamento mas, devido as suas características arquitetônicas maioritariamente (ainda) medieval, não fariam frente às novas e potentes armas de fogo. De forma resumida, a função de Duarte de Armas era inventariar em que condições se encontravam as defesas do reino de Portugal, atividade que realizou com detalhamento

não apenas das fortificações mas de toda a paisagem na qual estavam inseridas, com suas plantações, portos, estradas, criações de animais, vilas próximas, seus habitantes, com suas vestimentas, ocupados em seus afazeres, os animais de carga em plena atividade de transporte, dentre tantas outras informações.

Uma vez realizado um pequeno histórico, contendo as principais informações sobre o surgimento, desenvolvimento e importância da Arqueologia Medieval em Portugal, bem como as fontes incontornáveis para pesquisa nesta área, parece-nos interessante continuar o presente trabalho com a apresentação da estrutura de uma pesquisa colocada em prática, que envolveu História, Arqueologia, Arquitetura Militar e Fronteiras, para o estudo do período medieval na Península Ibérica.

2- A Síntese de uma Investigação sobre o Período Medieval Ibérico a partir de uma Perspectiva Arqueológica⁶:

A investigação aqui apresentada centra-se na delimitação do que se pode chamar um “Modelo de Sistema Defensivo Integrado no Sul de Portugal”, contra o reino de Castela, entre os séculos XIII e XIV, considerando-se a hipótese do sucesso na manutenção dessa região pelos portugueses depender, em grande parte, do grau de inter-relação entre as diversas unidades defensivas, bem como o aperfeiçoamento contínuo de sua arquitetura militar. Grosso modo, o trabalho definiu-se pela tentativa de compreensão e explicação de como e por que foi criado e como funcionava este sistema defensivo desde o Alentejo ao Algarve, desde a fase da “Reconquista” cristã até os fins do reinado do D. Dinis. Por fim, torna-se importante citar que a investigação pautou-se por um estudo sobre o período medieval da Península Ibérica através de uma perspectiva arqueológica⁷, tendo como principal fonte de investigação a cultura material⁸, representada, neste caso, pela arquitetura.

Por “Sistema Defensivo Integrado”, compreende-se o “esforço conjunto” de um grupo de fortificações para estabelecer a segurança em uma determinada região. Poderia ser definido como a formação intencional e estratégica de um perímetro fronteiriço ostensivo e dissuasório, que assegure a separação entre duas partes belicosas (Portugal e Castela). Este recurso foi de grande utilidade para a manutenção das “raias⁹” durante o período medieval peninsular. Primeiro com a disputa cristã-muçulmana onde, com o processo de “Reconquista”, a fronteira fortificada cristã se estabeleceu no norte,

expandindo-se progressivamente em direção ao sul, à medida que os mouros perdiam território frente a expansão portuguesa (GUERRA ROMERO, 2000, p.100). Tal fato proporcionou que a maior parte das fortificações se concentrassem no interior do território luso. Com a “expulsão” dos mouros do reino de Portugal (1249, queda da cidade de Faro), surge uma nova fronteira, contra Castela, delimitada no sentido oeste-leste. Os grandes e antigos castelos do interior são paulatinamente abandonados ou deixam de receber reparos, entrando em degradação. As estruturas defensivas da fronteira luso-castelhana passam a sofrer modificações, ampliações e aperfeiçoamento constantes. Em ambos os casos buscavam-se proteger as principais cidades, rotas de comunicação, comércio e áreas de plantio e criação de animais (MONTEIRO & PONTES, 2002, p.13).

A consolidação da ocupação do território português, tanto no período da “Reconquista” quanto nas disputas contra Castela, deu-se através da implantação de uma malha defensiva no território que tinha como vantagens extras organizar as populações no espaço, aumentar a produção e melhorar a arrecadação fiscal. Interpretar a distribuição dos castelos no território português pressupõe um pensamento estratégico e intencional, uma vez que as fortificações foram dispostas de modo a formar linhas defensivas. Para seu melhor funcionamento estes “sistemas” deveriam articular-se em diferentes graus de abrangência no território, em redes locais, regionais e nacionais, que estavam em íntima conexão com as necessidades econômicas e políticas vigentes (MONTEIRO, 1999, p.22). A construção de “pontos fortificados raianos” promoveu a criação segura de novos assentamentos, aldeias e, por fim, núcleos urbanos, buscando a legitimação e consolidação das posições conquistadas, através de uma política de povoamento junto à fronteira (ANDRADE, 2001, p.26).

O “Sistema Defensivo” investigado estava formado por fortificações que, ao longo do tempo, sofreram alterações arquitetônicas definidas por questões políticas (expansão das fronteiras), novas maneiras de fazer a guerra - ação defensiva para ação agressiva (MONTEIRO, 2001, p.121)¹⁰ -; mudanças no local de construção (das montanhas para terrenos planos); influências arquitetônicas externas - provindas do Oriente Próximo, com as Ordens Militares que lutaram nas Cruzadas (BARROCA, 2001, p.453)¹¹ - e, por fim, novidades de caráter tecnológico (utilização das armas de fogo - pirobalística). São exatamente estas transformações que a Arqueologia Medieval e a Arqueologia da Arquitetura, em um primeiro momento, se propõem a analisar.

Cronologicamente, minha pesquisa de doutoramento, “Criação de um Modelo de Sistema Defensivo Integrado na Região Sul de Portugal (Alentejo e Algarve – Séculos XIII e XIV)”, hora em conclusão, abarca um período entre meados do século XIII e meados do XIV. Durante o período almorávida a concepção de sistema defensivo atinge no Al-Andaluz seu ponto mais alto, momento em que ocorre a síntese de características arquitetônicas entre as tendências berberes norte-africanas e as experiências peninsulares do Al Andalus. A delimitação em anos define-se a partir de 1220, fase de reinício da “Reconquista” do Algarve, até 1325, com o fim do reinado de D. Dinis e seu período de reestruturação e melhoramento das estruturas defensivas portuguesas. Este espaço de tempo caracteriza-se por muitos confrontos entre cristãos e muçulmanos em pleno processo de reinício da Reconquista e conquista definitiva do Algarve, bem como o princípio da delimitação de uma fronteira contra os ataques de Castela. Nos dois casos as fortificações assumem importância fundamental. A tentativa de análise da transformação da arquitetura militar pode fornecer valiosas informações sobre as alterações da situação política e social da época.

Em termos espaciais a investigação delimita-se entre o Baixo Alentejo e Algarve Oriental, tendo-se em vista que, após a conquista definitiva, é nesta região onde se estabelece uma fronteira fortificada (perímetro defensivo) contra Castela. No Alentejo e Algarve os confrontos entre muçulmanos e cristãos são mais ativos em inícios do século XIII. Após a “Reconquista”, alguns castelos são doados à Ordem Religiosa Militar de Santiago (sob o comando de seu Gran Mestre D. Paio Peres Correia) e sofrem modificações e acréscimos na construção. Isto os torna casos importantes e claros para estudar as transformações da arquitetura militar medieval em Portugal “pós-reconquista”. Deve-se ter sempre em vista o potencial das fortificações como viabilizadoras de transformações e reconfigurações do espaço através da formação de novos núcleos de poder nas regiões onde eram implantadas.

A metodologia específica utilizada para a realização desta investigação deu-se a partir da abordagem comparativa entre diversas unidades defensivas (fortificações), tendo como base os modelos pré-definidos para o estudo da “Arquitetura Militar na Península Ibérica” (MORA-FIGUEROA, 2001 e PIRES NUNES, 2005). As visitas nos sítios arqueológicos onde foram realizadas fotos, croquis (desenhos), esquemas explicativos das estruturas, anotações e medições foram de importância fundamental mesmo, em muitos casos, existindo publicações sobre algumas unidades defensivas selecionadas. Ao trabalho de campo, incluindo a participação na escavação de algumas

das unidades, somou-se a leitura de relatórios de escavações, restauros, reformas e consolidações de estruturas contidos nos arquivos do Instituto Português de Arqueologia (IPA) e no Instituto Português de Patrimônio Arquitetônico (IPPAR) ocuparam, necessariamente, grande parte do período de investigação, buscando alcançar uma visão geral das transformações registradas atualmente. A análise de plantas baixas, alçados, fotos e reconstituições gráficas de castelos (das mais diferentes épocas), existentes nos arquivos do Departamento Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN - Lisboa, Forte Sacavem) serviram de base iconográfica para melhor interpretação das construções e suas subseqüentes alterações. Muitos registros não existentes ou perdidos tiveram que ser feitos pelo próprio investigador.

O estudo de fontes primárias, indispensável para a constituição da parte referente a pesquisa histórica, realizou-se através da consulta de Chancelarias Régias, Cartulários de Ordens Militares, Inquirições e Ordenações existentes principalmente na Biblioteca Nacional de Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais (Torre do Tombo), Arquivo Geral da Ordem de Santiago em Palmela, arquivos municipais, além de contar com a sorte e a ajuda do Instituto de Paleografia da Universidade de Coimbra disponibilizar para consulta grande quantidade de documentos medievais devidamente transcritos por seus professores e estudantes de pós-graduação.

O trabalho definiu-se como de “Arqueologia Histórica”, onde fontes bibliográficas (primárias e secundárias) foram amplamente utilizadas, não tendo como função definir o rumo da pesquisa, mas sim complementar e possibilitar certa orientação ao estudo. Mas sempre houve a pretensão de que a base principal das informações analisadas que nortearam a investigação proviessem do trabalho de campo em arqueologia¹².

A visão que permeou a investigação se propôs a uma interpretação e posterior relação entre: “Micro” (representado pelo material que constitui os paramentos das fortificações, técnicas construtivas, componentes arquitetônicos, instrumentos utilizados para construção, planimetria e volumetria); “Semimicro” (representado pela área na qual a fortificação estava inserida e de onde provinha a fonte de matéria prima para erigir a construção, os locais propícios para o plantio e criação de animais, cursos de água, sua localização levando em conta visibilidade da região, sua proximidade ou distancia das vias de contato com outros núcleos urbanos, possibilidade de comércio); e o “Macro” (representado pela visão de integração de várias áreas fortificadas, trabalhando em conjunto e mantendo comunicação, tendo como principal função de

existência a legitimação da ocupação do território, a expansão urbana, o aumento da produção e organização do comércio e mais importante a defesa fronteira do Algarve e Alentejo). Este estudo foi acompanhado da interpretação das possíveis diferentes leituras que foram constituídas em relação ao “espaço” (desde o interior do castelo até a região na qual está inserido), como este era concebido, utilizado, modificado, enfim, que significados o “espaço” de fronteira entre Portugal e Castela adquiriu, nos séculos XIII e XIV, para as pessoas que nele habitavam ou circulavam.

Teoricamente, a análise das construções fortificadas é embasada nos pressupostos da Arqueologia da Arquitetura (CASTILLO, 1993; PARENTI, 1995; ZOREDA, 1995; RODRÍGUEZ, 2002; DOGLIONI, 2006 e BROGIOLO, 1995) para o estudo de paramentos e estratigrafia estrutural, seguindo as vertentes das duas principais escolas, a italiana¹³ e espanhola¹⁴. Tendo em vista a sobreposição de estruturas através do tempo, formando verdadeiras estratigrafias, a metodologia arqueológica prestou-se perfeitamente para a interpretação das modificações estruturais e decorativas sofridas pelos edifícios. Pretende-se, dessa forma, reconstituir a sequência temporal do edificado – o seu percurso histórico. Desde sua entidade mínima (Unidade Estratigráfica) até a visão global da construção ao longo do tempo, integrado ao contexto da sociedade que o produziu, utilizou e reformou, em um processo de síntese¹⁵.

Para o estudo dos lugares onde estão inseridos os castelos e as modificações sofridas por este espaço com a instituição de novas distribuições administrativas e produtivas se fez necessário o recurso de teorias relacionadas à Arqueologia da Paisagem, que estuda as relações entre a ocupação humana e a modificação do espaço através do tempo. A paisagem pode ser vista como uma construção humana, onde se cruzam questões do ambiente natural e social. A partir dos vestígios deixados por estas intervenções e de suas relações com os aspectos naturais do lugar pode-se inferir a maneira como os grupos que intervieram na paisagem lidavam com o meio (CRIADO BOADO, 1999, p.07).

Ao trabalhar com a constituição de um sistema defensivo em uma fronteira medieval na Península Ibérica, buscou-se estabelecer a interligação entre a disposição de fortificações no território e as transformações causadas no sistema de organização social, espacial, político e econômico no reino de Portugal durante os séculos XIII e XIV. Dessa forma, pode-se sugerir a utilização de uma “teoria dos sistemas” para pensar as relações entre o desenvolvimento da arquitetura militar medieval e as modificações na sociedade que a produziu. Conforme essa linha de pensamento as

sociedades podem ser admitidas como formadas por diversos subsistemas, sendo que a transformação de um causaria alterações em outros, gerando modificações estruturais. Esses aspectos são defendidos e utilizados dentro da linha teórica da Arqueologia Processual (JOHNSON, 2000), que tem em Lewis Binford seu maior representante.

Explorados os passos para a constituição desta pesquisa multifacetada que envolve História e Arqueologia Medieval, Arqueologia da Arquitetura e Espacial, tendo como objetivo compreender a constituição de fronteiras na Península Ibérica, nos séculos XIII e XIV, a partir da investigação de estruturas fortificadas, cabe, para concluir este artigo, definir de que forma o castelo pode ser percebido como um documento a ser lido e interpretado.

3 – O Castelo como Documento:

O castelo pode ser visto como um documento que deve ser interpretado como uma “explicação” histórica, em seu contexto sócio-político. Habitualmente contamos com três conotações de estudo para essas edificações: sua relação com o território que controla e sua função no período em que surge e tem atividade; seu aspecto diacrônico, ou seja, sua evolução ao longo do tempo e definição de cada elemento constituinte, identificando deferentes fases de construção, reforma e destruição; sua vertente poliarcética¹⁶, agressiva ou passiva, que define seu sentido defensivo militar (LOSADA, 2008, p.39).

A grande maioria das fortificações apresenta um problema de estudo que são as superposições de estruturas. As destruições de fortalezas ao longo do tempo, por razões bélicas, seguidas, na maioria das vezes por restaurações ou reconstruções introduzidas por almorávidas, almoadas, coroa portuguesa ou castelhana, nobreza ou ordens militares, geraram uma multiplicidade de “fábricas”, geralmente ditadas pela natureza da própria região – pedra, alvenaria, taipa ou misto – fazendo da castelologia ibérica um impressionante conglomerado de características de difícil classificação. Essa confusão se manifesta claramente quando a investigação trata de conciliar os dados arqueológicos *in situ* com as informações sobre castelos extraídas de crônicas e documentos da época. São muitos os casos em que uma fortaleza encerra estruturas árabes e cristãs justapostas, ou castelos de raiz cristã com características estruturais islâmicas, com intervenções posteriores da arquitetura mudejar¹⁷ (GUALÍS, 2000). Deve-se partir do princípio de

que os castelos não foram construídos em um só momento, e exatamente por isso devem ser concebidos como “objetos pluriestratificados” por definição (MORA-FIGUEROA, 1987, p.53).

O valor evocativo das ruínas medievais se mantém com força na imaginação popular que, a partir de um pensamento romântico, transformou os castelos em edifícios impessoais, atemporais, em imagens estereotipadas, cenário de vida apenas de grandes vultos históricos e presença mítica na paisagem. A proposta da Castelologia é passar a entender estes edifícios como um objeto de estudo real, descartando tipologias alheias a realidades material e político-social do período em que foram construídos. Perceber as fortificações, em definitivo, como um documento histórico, uma chave de compreensão espaço-temporal (MUÑOZ, 2004, p.14).

A arquitetura é testemunho material destacado tanto por seu volume e significado, como por sua continuidade funcional, convertendo-se em um meio idôneo para transmitir ideias e mensagens, estando carregada de simbolismo. Os usos e significados arquiteturais, normalmente, estão profundamente relacionados. Os castelos como edifícios polifuncionais destinavam-se para ocupação e defesa do espaço, organização política, social e econômica, meio de atração de novos povoadores, mensagem de presença, legitimação e dissuasão. A arquitetura fortificada simboliza a presença efetiva de um poder superior; o castelo era a imagem de um grupo social dominante, carregado de significados claramente identificados por seus donos ou ocupantes, bem como pelo resto da sociedade. Em um sistema político onde as relações estão baseadas na existência de hierarquias, as imagens mentais que melhor expressam a subordinação ao poder são as de verticalidade (acima e abaixo). O fato da maioria das fortificações serem construídas em locais elevados (além da óbvia vantagem estratégica) parece transmitir um desejo de proclamar a posse sobre o território. Neste caso, elevação e poder podem ser considerados sinônimos (AGUI, 1998, p.127).

Mais do que a interpretação de sua estrutura e de sua funcionalidade arquitetônica e importância militar é necessário ressaltar toda a carga informativa que as fortificações carregam sobre o funcionamento e organização das sociedades que as construíram e habitaram. A arquitetura militar pode ser vista como prova dos recursos tecnológicos do período medieval, um meio de estudo da relação entre homens e paisagem (o castelo como modificador e estruturador do espaço), base fundamental para questões de política de Estado (estabelecedor e mantenedor de fronteiras), difusor de mensagem através de sua simbologia característica e materializador do contato cultural

e tecnológico entre diferentes culturas. Como forma de conclusão, pretende-se expor que o castelo presta-se, pelo viés histórico e arqueológico, como um riquíssimo objeto de estudo, investigação e compreensão de diversos aspectos relacionados a sociedade medieval.

Abstract: This work uses historical and archeological information to accomplish a study about the constitution of the borders of the Portugal Kingdom during the centuries XIII and XIV, and it has as main reference the military (fortifications) architecture. For a better organization the text was divided in three parts. The first explains the appearance, development and importance of the Medieval Archeology in the Iberian Peninsula. The second part aims to meet the characteristics of the round table of the "I Encontro Estadual de Estudos Medievais" dedicated to research, and it constitutes a description of the doctorate degree investigation in medieval archeology, developed by the author of the present article. And to finish, the third part has the purpose to define how the castle can be noticed as a document to be read and interpreted.

Keywords: Fortifications, Archeology, Frontiers, Architecture.

¹ Mestre em Arqueologia pela PUCRS. Doutorando do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, Portugal, edison.cruxen@metodistasul.edu.br. Professor do Centro Universitário Metodista – IPA.

² Ainda hoje grande parte da produção da Arqueologia Medieval é direcionada para a investigação de estruturas específicas, centrando-se no castelo ou igreja e arredores imediatos. Deixando de lado uma visão mais ampla, uma compreensão da paisagem na qual estava inserido e do funcionamento desse espaço em termos de produção, comércio, economia, subsistência, comunicação com outras regiões.

³ Neste caso a paisagem é percebida como uma construção da intervenção humana.

⁴ Com a portaria 268/81, de 13-03-1981, foi criada a variante em Arqueologia da licenciatura em História, que vigorou já no ano letivo de 1980-81, no mesmo ano passou a ser administrada na Universidade do Porto, uma disciplina (incluída no currículo) de Arqueologia Medieval. Actualmente o mesmo ocorre na Universidade de Coimbra.

⁵ O livro contém a reprodução gráfica de cinquenta e sete fortalezas portuguesas na fronteira com Castela.

⁶ Síntese baseada no trabalho de tese de doutoramento “Criação de um Modelo de Sistema Defensivo Integrado na Região Sul de Portugal (Alentejo e Algarve – Séculos XIII e XIV)”. Em fase de conclusão, pelo autor, no Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

⁷ Especificamente métodos, técnicas e teorias das Arqueologia Medieval e Arqueologia da Arquitetura.

⁸ A cultura material (combinação de matéria bruta mais tecnologia que gera artefatos) reflete as diferentes relações humanas, valores, necessidades, organizações sociais, econômicas e religiosas através do tempo, transformando-se em “materialidade cultural”.

⁹ Sinônimo de fronteira, utilizada na pesquisa referente ao período medieval de Portugal e Espanha.

¹⁰ Em plena fase de Reconquista territorial, tendo a frente os monges guerreiros da Ordem de Santiago, o conceito de Defesa Passiva para castelos (esperar ser atacado e resistir) perde significado, surgindo o conceito de Defesa Ativa, com soluções arquitetônicas agressivas contra os sitiados. O assim chamado castelo de características GÓTICAS passaria a ser amplamente utilizado na linha de fortificações da fronteira com Castela, a partir do início do século XIV. Veja Monteiro, 2001.

¹¹ D. Gualdim Pais, Mestre da Ordem dos Templários em Portugal, lutou na IIª Cruzada, permanecendo cinco anos na Terra Santa, participando da tomada de Ashcalon (1153) e no cerco de Antioquia, regressando em 1156 a Portugal. A sua passagem pelo Oriente, onde contactou com as mais avançadas experiências da arquitetura militar da época, e a sua ascensão a Mestre dos templários em Portugal (1156 a 1195), haveriam de ter uma influência decisiva na evolução da arquitetura militar portuguesa. Veja Barroca, 2001.

¹²Neste momento deve-se deixar claro que quando falamos de Arqueologia, não falamos obrigatoriamente e somente de escavações. Procedimentos como registro fotográfico e gráfico, estudo estrutural em lócus, análise da paisagem, realização de planimetrias e volumetrias, revisão de artefatos, em laboratório, provenientes de outras escavações, estudos de estratigrafias... dentre tantos outros são tão válidos e importantes quanto o propriamente “colocar a pá de pedreiro na terra”.

¹³ Tendo seu berço e principais focos de produção nas universidades e centros de pesquisa de Genova, Florença, Veneza e Bolonha.

¹⁴ Tendo seu berço e principais focos de produção nas universidade e centros de pesquisa de Sevilha, Cádiz, Bilbao e Madrid.

¹⁵ Como metodologia de trabalho em Arqueologia da Arquitetura podemos citar: Recolha documental e iconográfica; Levantamentos gráficos; Análise do edificado sobre os levantamentos gráficos; Preenchimento de fichas; Levantamento fotográfico; Descrição exaustiva da estrutura (se sobrepõe a, é sobreposta por, obstrui, apoia, colapsou, foi aberto...); Definição das Unidades Estratigráficas existentes; Estabelecimento de relações entre diferentes Unidades Estratigráficas (anterior, posterior, contemporânea); Análises; Elaboração de síntese e diagrama final (Diagrama de Harris).

¹⁶ Palavra que tem raiz no nome do rei macedônico Demétrio I “Poliorceste”, que significa literalmente “conquistador de cidades”. Para poliorcética pode-se dar o significado de um conjunto de ações necessárias para conquistar uma cidade fortificada ou castelo. Veja Losada, 2008.

¹⁷ Muçulmanos que tinham convivência com os cristãos depois do fim do processo de “Reconquista” da Península Ibérica. A palavra “mudejar” deriva do vocábulo árabe “mudayyan”, equivalente a “vassalo”, ou “submetido”. Esta é uma acepção etimológica estranha a documentação medieval, mas que fixou-se a partir do século XIX. Os mudejares geraram uma expressão artística particular fundindo diversas influências culturais. Destacaram-se como artesãos, escultores, tecelões e principalmente arquitetos, misturando em suas obras decoração e simbologia cristã e muçulmana, bem como o contrastante uso de madeira, tijolos, ladrilhos, azulejos e esmaltes na mesma estrutura. Veja Gualís, 2000.

Referências:

AGUÍ, E. La dimensión simbólica del castillo plenomedieval. In: “La Fortaleza Medieval: Realidade y Símbolo”. Ed. Universidad de Murcia, Espanha, 1998.

ALARCÃO, J. *Sobre o Discurso Arqueológico*. In: Portugalia, Nova Série – Volume XVII-XVIII, Edição do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996/1997.

ANDRADE, A. *A Construção Medieval do Território*. Livros Horizonte. Lisboa, Portugal, 2001.

ARMAS, D. *Livro das Fortalezas*. Fac-Símile do MS 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2ª Edição, INAPA, Lisboa, 1997.

BARROCA, M. *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XIII)*, Portugalia, Nova Série, XI-XII, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1990/91.

_____. Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (Séc. XII a XIV). In: Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500), Ed. Colibri, Lisboa, 2001.

BAZZANA, A. “Paisajes rurales y paisajes urbanos: metodos de analisis en Historia Medieval”. In: Arqueologia Extensiva. Métodos y Algunos resultados, Zaragoza, España, 1994.

BELLINO, A. *Archeologia Christã*, Livraria Tipographia Moderna, Lisboa, 1990

BOÛARD, M. *Manual de Arqueología Medieval – De la Prospección a la Historia*. Editora Teide /Editorial Base, Barcelona, Espanha, 1977.

BROGIOLO, G. Arqueologia Estratigráfica y Restauración. In: “Informes de la Construcción”. Vol. 46, Número 435, Janeiro-Feveiro, Sevilha, Espanha, 1995.

CASTILLO, J. Contribución al Estudio de la Arqueologia de la Arquitectura. In: “Arqueologia y Território Medieval”, Número 01, Ed. Universidade de Jaén, Espanha, 1993.

CATARINO, H. *Arqueologia Medieval: O Estado da “Arte” e Novas Perspectivas*. In: As Oficinas da História, Lisboa, Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.146-147, 2002.

_____. *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados*, 3º volume, Al –Uliã, 6, Câmara Municipal de Loulé, 1997 /98.

CRIADO BOADO, F. Del terreno al Espacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueologia del Paisaje. In “CAPA 06 – Critérios y Convenciones en Arqueologia del Paisaje”. Ed. Universidade de Santiago de Compostela, Madrid, 1999.

DOGLIONI, F. Arquitetura Estratificada e Restauo: Reflexões sobre Algumas Intervenções Recentes na Itália. In: “Patrimônio – Estudos”. Número 09. Ed. IPPAR, Lisboa, Portugal, 2006.

FONTES, L. *Arqueologia Medieval Portuguesa*. In: Arqueologia e História, Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Arqueologia 2000, Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal, Vol. Nº. 54, p. 221- 238, 2002.

FUSCO, R. A. Arquitetura como “*mass medium*”. Notas para um semiologia arquitetônica. Barcelona, 1970, pp. 150.

GOMES, R. *Cerâmicas Muçulmanas no castelo de Silves*. In: Xelb, 1, Câmara Municipal de Silves, Silves, Portugal, 1988.

GUALÍS, G. Introdução Histórica e Artística. In: “A Arte Mudéjar – A Estética Islâmica na Arte Cristã”. Museu Sem Fronteiras. Ed. Civilização, Lisboa, Portugal, 2000.

GUERRA ROMERO, J. La estrategia de los castillos de la raya luso-hispana. In “I Simpósio sobre castillos de la Raya entre Portugal y España”. Publicado pela Asociación Española de Amigos de los Castillos. Madrid, Espanha, 1998.

JOHNSON, M. *Teoría Arqueológica – Una Introducción*. Ariel Historia, Editorial Ariel, Barcelona, Espanha, 2000.

LOSADA, J. Poniendo sitio a un castillo. In: “Historia y Vida”. Ano XL, Número 485, Ed. Grupo Planeta, Madrid, Espanha, Outubro de 2008.

MONTEIRO, J. *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média: Presença Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*. Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, 1999.

_____. Reformas góticas nos castelos portugueses ao longo do século XIV e na primeira metade do século XV. In: *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Ed. Colibri, Lisboa, 2001.

MONTEIRO, J. e PONTES, M. *Castelos Portugueses. Patrimônio – Guias Temáticos*. Publicação do Instituto Português do Patrimônio Arquitetónico, Lisboa, Portugal, 2002.

MORA-FIGUEROA, L. *Glosário de Arquitetura Defensiva Medieval*, Universidade de Cádiz, Espanha, 2001.

_____. *Arquitectura Militar Cristiana de la Edad Media Española: Estado de la Cuestión*. In: *II Congreso de Arqueología Medieval Española*. Vol. I. Espanha, 1987.

MUNÓZ, A. *Proceso de Investigación en Castellología*. In: “Curso de Formación en Castellología Medieval”. Ed. Fundación Sánchez Abornoz, Ávila, Espanha, 2004.

PARENTI, R. *Historia, Importância y Aplicaciones del Método de Lectura de Paramentos*. In: “*Informes de la Construcción*”. Vol. 46, Número 435, Janeiro-Fevereiro, Sevilha, Espanha, 1995.

PIRES NUNES, A. *Dicionário de Arquitetura de Militar*, Ed. Caleidoscópio, Lisboa, Portugal, 2005.

RODRÍGUEZ, M. *Sistemas de Análisis Arqueológico de Edifícios Históricos*. Ed. Universidade de Sevilha, Espanha, 2002.

ZOREDA, L. *Método para el Análisis Estratigráfico de Construcciones Históricas o “Lectura de Paramentos”*. In: “*Informes de la Construcción*”. Vol. 46, Número 435, Janeiro-Fevereiro, Sevilha, Espanha, 1995.